

I de Maio de 2006

Intervenção do Secretário Geral da UGT

As comemorações do I Maio de 2006 ocorrem em Portugal num momento em que o desemprego aumenta, cresce a insegurança no emprego e os trabalhadores se interrogam quanto ao futuro.

Temos perto de quinhentos mil desempregados, dos quais metade estão desempregados há mais de um ano e metade destes estão desempregados há mais de dois anos. São 211.000 os desempregados de longa duração e cento e seis mil os desempregados de muito longa duração. Um em cada doze trabalhadores está desempregado; um em cada nove trabalhadores por conta de outrem está desempregado. E na Região Norte, particularmente atingido pela crise têxtil, do vestuário e do calçado, o desemprego cresce mais rapidamente e um em cada oito trabalhadores por conta de outrem está desempregado.

E as famílias sentem fortemente esta situação, com os jovens a dificilmente encontrarem emprego e o desemprego a atingir particularmente os trabalhadores de mais baixos salários e os mais idosos.

Sem crescimento económico significativo o desemprego continuará a aumentar e com ele a pobreza e a exclusão social.

São indispensáveis políticas que gerem crescimento e emprego; que apostem numa competitividade centrada num trabalho cada vez mais qualificado e melhor remunerado; que apostem na inovação e na melhoria da capacidade técnica e de gestão e numa maior motivação.

São indispensáveis políticas que promovam o investimento público e privado e que apostem nas exportações, mas também numa maior quota para as empresas nacionais relativamente ao consumo interno.

É indispensável reformular as políticas de emprego e formação profissional, para uma resposta ao aumento acelerado do desemprego.

São indispensáveis políticas que gerem confiança, que façam acreditar no futuro.

É necessário mais e melhor emprego. Um Emprego Digno pelo qual a Organização Internacional de Trabalho se tem batido.

E importa aqui questionar a elevada precaridade, que afecta sobretudo os jovens e as mulheres e que põe em causa a formação ao longo da vida e a aposta na qualificação.

Dizemos não à discriminação de que são vítimas tantos trabalhadores e particularmente as mulheres. Para a UGT é prioritário o combate pela igualdade de oportunidades, e lutaremos por ela em especial na negociação colectiva.

Dizemos não ao agravamento das desigualdades, que fazem com que o

nosso País seja o campeão da desigualdade e da discriminação.

Dizemos não ao insustentável nível de sinistralidade laboral que não só provoca tantas e tantas vítimas mortais, mas também tantos incapacitados para o trabalho por acidente ou doença profissional. E aqui exigimos uma melhor política de prevenção e particular atenção a uma política de acções positivas para o emprego de deficientes.

Um trabalho digno exige um trabalho cada vez mais qualificado, melhor remunerado e com melhores condições de trabalho e empresas mais competitivas.

E isso não pode ser conseguido com o aumento das desigualdades sociais, que hoje atingem níveis insustentáveis. Os pobres são cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos, continuando a carga fiscal a ser sobretudo suportada pelos mais pobres, através dos impostos do consumo, e pelas classes médias.

E aqui queremos saudar a proposta do Sr. Presidente da República de um compromisso cívico para combate à pobreza e exclusão, cuja principal origem é o desemprego ou um emprego sem condições e muito baixa remuneração. A UGT, como sempre tem feito, estará disponível para assumir co-responsabilidades nesta matéria.

É tempo de dizer basta aos lucros fabulosos de alguns que recusam aumentos salariais dignos aos seus trabalhadores e não pagam os impostos devidos, através dos mais diversos artifícios.

É tempo de dizer basta ao aumento da economia clandestina e às violações sistemáticas da lei, particularmente da legislação laboral: desregulação dos horários de trabalho, discriminações contra as mulheres, aumento da precaridade, etc., etc.

Exigimos uma melhor fiscalização das condições de trabalho, com uma actuação diferente da Inspeção Geral do Trabalho, cujos meios humanos e materiais tem que ser reforçados.

Exigimos uma melhor legislação do trabalho, que promova a negociação colectiva, que combata a precaridade abusiva, que crie melhores condições para a competitividade, num quadro de respeito pelos direitos individuais e colectivos.

Só empresas bem geridas, respeitadoras da lei e duma concorrência leal são capazes de garantir emprego digno e qualificado.

Por isso apostamos na adaptabilidade negociada das condições de trabalho, que aumentem a flexibilidade interna das empresas, conciliando os interesses dos trabalhadores com os das empresas e apostando na formação ao longo da vida.

Mas dizemos claramente não aqueles que pretendem a flexibilização dos despedimentos individuais, que conduziria ao autoritarismo, a um regresso a um passado de que nos libertamos há 32 anos e que conduziu o País a um atraso estrutural que o País democrático procura vencer.

E lembramos aqui que a nossa lei sobre os despedimentos colectivos é das

mais abertas da Europa, como por todos é reconhecido e que é esta lei que enquadra as reestruturações empresariais.

Um dos motivos de maior preocupação quanto ao futuro diz respeito à necessidade de garantir a sustentabilidade financeira da Segurança Social.

Os Sindicatos deram prova de grande responsabilidade ao assumirem um acordo sobre a revisão do subsídio de desemprego. Quisemos garantir uma protecção adequada no desemprego àqueles que são atingidos por este flagelo. Queremos um sistema que combata a fraude, seja quem for o responsável. Mas exigimos uma nova actuação dos serviços públicos que garanta apoio activo aos desempregados na procura de emprego e na melhoria das condições de empregabilidade.

Queremos discutir agora a reforma da Segurança Social. Mas, repetimos, que estamos claramente contra o aumento da idade de reforma e entendemos que não se justificam mudanças bruscas, que ponham em causa os direitos dos actuais pensionistas ou ponham em causa os direitos a uma reforma condigna futura para os actuais trabalhadores no activo. Por isso as reformas tem que ser graduais e capazes de promover maior justiça social.

A UGT, no quadro da Concertação Social discutirá a reforma, batendo-se por um acordo que, na linha do Acordo de 2001 garanta o futuro de uma Segurança Social de base pública e universal.

Construir um melhor futuro passa necessariamente por um melhor funcionamento da Administração Pública, desde a Educação à Saúde, da

Justiça aos Serviços Centrais dos Ministérios, da Administração Central à Regional e Local.

Uma melhor Administração passa pelo respeito pelos trabalhadores e pelo direito à participação e à negociação colectiva.

O Governo tem prosseguido neste sector políticas autoritárias, claramente inaceitáveis. Foram impostas várias medidas que provocam a rejeição generalizada dos trabalhadores e violaram o direito à negociação: nos salários, nas pensões, nas carreiras. Tem havido uma política sistemática de intimidação e de ameaça aos trabalhadores abrangidos pelas reestruturações de colocação no quadro de excedentes.

Dizemos claramente não a estas políticas.

Não há trabalhadores a mais na Administração Pública, mas existe sim uma má distribuição de efectivos. Os trabalhadores não tem nisso qualquer responsabilidade, mas sim os sucessivos Governos que provocaram instabilidade, foram incapazes de gerir bem e nunca tiveram uma verdadeira política de formação e de valorização dos recursos humanos.

Exige-se que no futuro o Governo não só cumpra o compromisso de negociação das carreiras, mas também discuta a mobilidade e a qualificação e requalificação profissional. Que discuta as consequências laborais da reestruturação dos serviços. Que promova a estabilidade da Administração e a participação.

E aqui queremos saudar o Poder Local e o papel que este tem desempenhado na satisfação de necessidades fundamentais das populações.

Mas também queremos lembrar a esse Poder Local o papel desempenhado pelos seus trabalhadores, o que exige respeito pelos seus direitos e a aposta na valorização profissional.

E por isso também aqui queremos reiterar a nossa solidariedade aos cantoneiros da Câmara Municipal do Porto que, em unidade, se têm batido pela defesa dos seus salários e das suas condições de trabalho.

A unidade constrói-se na acção, como bem demonstraram os Sindicatos na sua luta contra a tentativa de impor a nível europeu uma Directiva dos Serviços, que conduziria à desregulação social.

Com a Confederação Europeia de Sindicatos, lutamos e vencemos na alteração ao projecto de Directiva, bem como na defesa da Europa Social, base de coesão e que fez da Europa um espaço de progresso económico e social.

E daqui queremos manifestar a nossa solidariedade aos trabalhadores dos 8 Países da Europa Central e Oriental que a partir de hoje vêm reconhecido o direito à livre circulação em muitos Países Europeus, entre os quais Portugal.

Somos solidários com eles e com eles lutamos por uma Europa com dimensão social, capaz de apontar os desafios da globalização.

Não queremos o regresso a um passado proteccionista e de fronteiras fechadas.

Mas queremos uma globalização diferente, com respeito pelas Convenções Fundamentais da OIT.

Por isso estamos a construir um movimento sindical mais forte a nível mundial e já este ano teremos uma nova Confederação Sindical Mundial, da qual seremos membros fundadores.

Uma Confederação Mundial onde está filiada a quase totalidade do movimento sindical que fala português, do Brasil, à África e a Timor.

E daqui uma palavra de solidariedade aos nossos companheiros da Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa, que hoje, em quatro Continentes celebram o I de Maio.

Caras e Caros Companheiros e Amigos

Juntos seremos capazes de vencer a crise.

Apostando no diálogo, na negociação e na concertação, com reformas que mobilizem e co-responsabilizem.

Assumindo que todos somos responsáveis e que será do empenhamento colectivo que resultará um clima de mobilização e de confiança, capaz de vencer os desafios do Crescimento, da Competitividade e do Emprego.

Mas assumindo também o papel fundamental dos Sindicatos na defesa individual e colectiva dos trabalhadores.

Os Sindicatos serão cada vez mais necessários e por isso serão cada vez mais fortes, porque mais representativos e mais solidários.

Viva o I de Maio!

Viva Portugal!